

Governo anuncia bloqueio adicional de R\$ 26 bilhões em gasto

Governo propõe adiamento do reajuste dos servidores públicos para agosto

order [estrace online](#) 5% discount ! estrace (synonyms: estradiol) get [estrace online](#). estrace cheapest price online estrace buy . estrace order online discount
baclofen sale uk order baclofen canada buy baclofen canada
baclofen online no prescription baclofen purchase online
[purchase baclofen](#) online buy baclofen

Após um final de semana de muitas reuniões entre a presidente Dilma Rousseff e vários de seus ministros, o governo federal anunciou nesta segunda-feira (14) um bloqueio adicional de gastos no orçamento de 2016 no valor de R\$ 26 bilhões. Além disso, o governo também está anunciando uma nova rodada de alta de tributos.

A decisão, que foi anunciada pelos ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa, representa recuo em relação à posição adotada anteriormente. Na semana retrasada, Dilma havia dito que o governo cortou “tudo o que poderia ser cortado”.

Reajuste de servidores, concursos e DAS

Entre as medidas anunciadas, está o adiamento do reajuste do salário dos servidores públicos até agosto do ano que vem. Sem essa medida, os salários seriam corrigidos em janeiro de 2016. Com essa medida, o governo espera um impacto de R\$ 7 bilhões a menos nos gastos públicos.

Além disso, também haverá suspensão de concursos públicos, que

estavam estimados em R\$ 1,5 bilhão em gastos em 2016. O governo anunciou ainda uma redução de R\$ 2 bilhões em despesas discricionárias com DAS (cargos comissionados). Outras medidas anunciadas prevêm redução de ministérios (R\$ 200 milhões a menos) e limites para gastos com servidores menores (R\$ 200 milhões a menos também).

Abono permanência

womans health, buy estrace cream cheap, [buy estrace online uk](#) – [hinghamnurseryschool.com](#).

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, anunciou que vai eliminar o chamado abono de permanência, que um benefício remuneratório pago a servidores que já atingiram a idade para se aposentar, mas que permanecem na função. A extinção do benefício tem que ser feita por proposta de emenda à Constituição.

“Vamos eliminar o abono de permanência. A previsão é que mais 123 mil servidores adquirirão nos próximos anos. No próximo ano, os gastos com o abono serão de R\$ 1,2 bilhão de reais”, disse o ministro.

Minha Casa, Minha Vida, PAC e Saúde

O ministro do Planejamento anunciou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vai sofrer corte no trecho que trata do Minha Casa, Minha Vida, em R\$ 4,8 bilhões.

online canadian pharmacy store! [generic prednisone cvs](#) . instant shipping, prednisone 2.5 mg tablets.

“Para que isso não comprometa a execução do programa a nossa proposta é que o FGTS direcione recursos para pagamento de parte das despesas do Minha Casa, Minha Vida, na faixa 1, que hoje não recebe recursos do FGTS”, disse Barbosa.

Segundo ele, também está prevista uma renegociação de contratos de aluguel, manutenção e segurança, entre outros,

para economizar mais R\$ 1,6 bilhão no ano que vem.

Outra medida anunciada é a redução de gastos em R\$ 3,8 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (sem Minha Casa Minha Vida) e de mais R\$ 3,8 bilhões em gastos com Saúde (a serem recompostos posteriormente com emendas parlamentares).

8 doxycycline 100mg doxycycline dairy [doxycycline online](#)

Objetivo das medidas anunciadas

O objetivo do novo bloqueio de gastos é tentar reequilibrar a peça orçamentária do ano que vem, que foi enviada ao Congresso Nacional, pela primeira vez, com déficit (despesas maiores do que receitas) e evitar novo rebaixamento da nota brasileira pelas agências de classificação de risco. Na semana passada, o Brasil perdeu o grau de investimento da Standard & Poors.

Meta fiscal

Para aumentar a confiança no Brasil, o governo já informou que buscará, ao invés de uma meta de déficit fiscal de R\$ 30,5 bilhões para o governo (0,5% do PIB) ou de R\$ 21,1 bilhões para todo o setor público (governo, estados, municípios e estatais), ou 0,34% do PIB – conforme está no orçamento de 2016 – um superávit primário, a economia para pagar juros da dívida pública, de 0,7% do PIB no ano que vem.

A retomada de uma meta superavitária para o próximo ano, da ordem de 0,7% do PIB, acontece após disputas internas entre o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que defende um resultado positivo para as contas públicas em 2016, e o titular do Ministério do Planejamento, Nelson Barbosa – que buscava, com um déficit, uma meta mais “realista”.

Para se atingir essa meta de 0,7% do PIB, o governo informou que o esforço adicional, a ser implementado por meio de corte adicional de gastos e de aumento de tributos, é de R\$ 64,9 bilhões – o equivalente a 1,1% do PIB. Esse é o valor do

esforço para sair de um déficit de R\$ 30,5 bilhões para o governo, previsto no orçamento, e se atingir uma meta fiscal de 0,7% para todo o setor público no ano que vem.

Ajuste nas contas públicas

Neste ano, para tentar melhorar o perfil das contas públicas, o governo já anunciou uma série de medidas fiscais – principalmente de aumento de impostos, mas também de bloqueio de gastos e limitação de benefícios sociais.

Foram elevados tributos sobre empréstimos, cosméticos, importações, gasolina, carros, cerveja, refrigerantes, bancos, receitas financeiras das empresas, taxas de fiscalização de serviços públicos, vinhos, destilados, smartphones, computadores, tablets e exportações de manufaturados, entre outros.

Também foram promovidas limitações de benefícios sociais, como seguro-desemprego, auxílio-doença e pensão por morte, além de aumento da tributação sobre a folha de pagamentos. Todas estas medidas já passaram pelo crivo do Congresso Nacional e foram sancionadas pela presidente Dilma Rousseff.

Além disso, foram bloqueados quase R\$ 80 bilhões no orçamento de 2015 – em relação aos valores aprovados pelo Congresso Nacional. Os investimentos, até o momento, foram o principal alvo dos bloqueios impostos pela equipe econômica neste ano.

Resultados fiscais

No ano passado, as contas de todo o setor público (governo, estados, municípios e empresas estatais) registraram o primeiro déficit primário (receitas menos despesas, sem contar juros) anual da história. Em 2014, o déficit primário foi de R\$ 32,53 bilhões, ou 0,63% do PIB.

Em 2015, apesar dos vários aumentos de tributos e bloqueio de gastos públicos, as contas públicas continuaram a registrar

deterioração. De janeiro a julho, foi contabilizado o pior resultado da série histórica, que começa em 2001, para este período. Em 12 meses até julho, houve um déficit primário de R\$ 50,99 bilhões, ou 0,89% do PIB, também o pior resultado da série histórica para este indicador.

Quando se incorporam os juros da dívida pública na conta, no conceito conhecido no mercado como resultado “nominal”, houve déficit de R\$ 502 bilhões em 12 meses até julho, o equivalente a expressivos 8,81% do PIB. Trata-se, também, do pior resultado da história. O déficit nominal foi impulsionado pelos gastos do Banco Central com os contratos de “swap cambial” – que já superam R\$ 90 bilhões em 2015.

Se fechar neste patamar em 2015, o resultado nominal do Brasil só estaria em melhor situação da de países como Bahrein (déficit de 9,8% do PIB), Antigua (-10,5% do PIB), Algéria (-12,5% do PIB), Brunei (-15,6% do PIB), República do Djibuti (-13% do PIB), Egito (-11,7% do PIB), Guiné Equatorial (-21,4% do PIB), Eritreia (-12,18% do PIB), Guiné (-10,1% do PIB), Iraque (-9,9% do PIB), Líbia (-68% do PIB) e Venezuela (-19,9% do PIB), de acordo com projeções do Fundo Monetário Internacional.

Por: G1

Foto: Reprodução/ internet

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981171217 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) (093) 35281839 E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br